

IMPLICAÇÕES DA MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

IMPLICATIONS OF THE COMMERCIALIZATION OF HIGHER EDUCATION FOR SOCIAL WORK TRAINING

Marco Antonio Diniz Bastianini¹

Marla Beatriz de Oliveira Ribeiro²

Eduardo Henrique Moraes Santos³

Eliana Bolorino Canteiro Martins⁴

Resumo:

Este artigo busca problematizar as implicações da mercantilização do direito à educação superior para a formação profissional em Serviço Social, tendo como eixo central de análise os processos de contrarreforma universitária no Brasil, especialmente a partir do avanço do neoliberalismo. A partir da perspectiva de análise qualitativa alicerçada no método dialético, empreendeu-se uma revisão bibliográfica de modo que as formulações analíticas acerca da realidade pudessem ser desenvolvidas e mediatizadas criticamente. O estudo se deu a partir da seleção de obras que abordam a problemática investigada. Ressalta-se que tais processos de mercantilização da educação superior se estabelece pelo desmonte da universidade pública, gratuita, laica e socialmente referenciada e repercute no Serviço Social a partir da flexibilização da formação profissional para o mercado de trabalho, impondo a necessidade de construção de estratégias de resistência e fortalecimento da mobilização coletiva.

Palavras-chave: contrarreforma universitária; formação profissional; serviço social; universidade pública; educação superior.

Abstract:

This article seeks to problematize the implications of the commodification of the right to higher education on professional training in Social Work, focusing on the processes of university

¹ Mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Assistente Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. E-mail: marcobastianini@hotmail.com.

² Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Facilitadora da UNIVESP. E-mail: marla.ribeiro@uftm.edu.br.

³ Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Assistente Social da Prefeitura Municipal de Paulínia. E-mail: santos.hm.eduardo@gmail.com.

⁴ Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor pesquisador da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. E-mail: elianacanteiro@terra.com.br.

IMPLICAÇÕES DA MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

counter-reform in Brazil, especially since the advance of neoliberalism. From a qualitative perspective grounded in the dialectical method, a literature review was undertaken to develop and critically analyze analytical formulations regarding the reality. The study was based on a selection of works that address the issues under investigation. It is emphasized that these processes of commodification of higher education are established by the dismantling of the public, free, secular, and socially recognized university and have repercussions on Social Work through the flexibilization of professional training for the labor market, imposing the need to build resistance strategies and strengthen collective mobilization.

Keywords: university counter-reform; professional training; social work; public university; higher education.

Introdução

A compreensão das múltiplas determinações histórico-sociais que conformam o modelo de universidade no Brasil permite evidenciar os nexos entre as dinâmicas da educação superior no país e as diretrizes do capitalismo financeiro globalizado. Tal compreensão revela que a universidade brasileira, inserida em um contexto de dependência estrutural, sofre as implicações das reconfigurações impostas pelo avanço do neoliberalismo, especialmente no que se refere à mercantilização da educação e à refuncionalização da formação superior.

Neste cenário, este estudo tem por objetivo analisar como as transformações engendradas pela lógica neoliberal incidem sobre as instituições de educação superior, com especial atenção às áreas das ciências humanas e sociais, refletindo, em particular, sobre os desafios que esse contexto impõe à formação e ao exercício profissional do Serviço Social. Considera-se que, no marco da contrarreforma universitária — aprofundada a partir da década de 1990 e intensificada nas décadas seguintes —, tais implicações se expressam de forma significativa nas diretrizes curriculares, nas condições de ensino-aprendizagem e nos projetos formativos das profissões.

A graduação em Serviço Social, pertencente ao campo das ciências humanas e sociais aplicadas e necessariamente ofertada em nível superior, está referenciada em um projeto formativo que articula-se a um projeto profissional de caráter ético-político, comprometido com a luta emancipatória da classe trabalhadora. Como assinalam Teixeira e Braz (2009, p. 11),

IMPLICAÇÕES DA MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

trata-se de um projeto que, ainda que tensionado pelas contradições do próprio processo histórico de sua constituição, confronta os pilares fundantes da ordem capitalista. No atual contexto de intensificação da mercantilização da educação superior, tanto a formação quanto o projeto profissional do Serviço Social têm sido profundamente interpelados, exigindo permanente análise crítica e resistência.

A pesquisa desenvolvida possui natureza qualitativa fundamentada na perspectiva do materialismo histórico-dialético, que permite apreender os fenômenos sociais em sua totalidade e contradições constitutivas. Utiliza-se, como principal procedimento metodológico, a revisão bibliográfica crítica, voltada à análise das determinações que atravessam a formação em Serviço Social no contexto da educação superior brasileira, à luz das transformações promovidas pelo avanço do neoliberalismo.

A seleção do referencial teórico foi orientada por critérios de relevância temática, diálogo com a tradição crítica do Serviço Social e contribuição para a análise da articulação entre universidade, projeto profissional e reestruturação produtiva do capital. Foram consultadas obras clássicas e contemporâneas, artigos científicos e documentos oficiais, priorizando-se produções localizadas em bases como o Portal de Periódicos da CAPES, Scielo, Google Acadêmico e bibliotecas digitais institucionais. Os principais descritores utilizados na busca foram: educação superior, universidade pública, formação em Serviço Social, contrarreforma universitária, privatização do ensino superior, formação acadêmico-profissional e projeto profissional.

A análise dos textos foi conduzida a partir de uma leitura crítica, fundamentada nas mediações entre os processos educacionais, a conformação da estrutura social brasileira e as determinações impostas pela lógica do capital. O foco recai sobre a função social da universidade pública e as implicações da mercantilização do ensino superior para o Serviço Social, entendido como uma profissão de caráter sócio-histórico.

Este trabalho está organizado em dois eixos centrais, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro tópico dedica-se à análise das contrarreformas que incidem sobre a universidade pública brasileira, situando-as no marco das transformações estruturais do capitalismo contemporâneo. Já o segundo tópico discute as implicações desse processo sobre a formação em Serviço Social, evidenciando os desafios impostos pelo desmonte das políticas educacionais e pela subordinação da formação profissional às exigências do mercado.

IMPLICAÇÕES DA MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Contrarreforma da universidade pública: um projeto de desmonte da educação superior.

O projeto neoliberal impõe à política educacional reconfigurações estruturais, que se materializam, no âmbito da educação superior, por meio de processos que visam fomentar a flexibilização da formação profissional segundo as demandas do mercado de trabalho, bem como o desfinanciamento da universidade pública (Iamamoto, 2015). Tais transformações expressam-se na redefinição do papel do Estado frente à crise estrutural do capitalismo imperialista, especialmente no no campo educacional, revelando-se no desenvolvimento de políticas e programas sociais estratégicos que direcionam o fundo público para a reprimarização das economias latino americanas, repactuando a divisão internacional do trabalho e aprofundando as relações de dependência (Santos, 2024).

Entre tais políticas, destacam-se o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES – 2001), o Programa Universidade para Todos (PROUNI – 2004), o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI – 2007), o Programa (2010) e a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES – 2024), bem como a ampliação da Educação a Distância (EaD) através do mercado na última década no Brasil, privilegiando o setor privado e a consequente desresponsabilização estatal quanto à formulação e execução de políticas sociais.

Assim, a educação superior passa a ser considerada um campo de serviços, em que o Estado expande sua parceria com o setor privado, sendo nítida a reconfiguração do sistema de educação superior brasileiro. Isto com base em quatro aspectos que se destacam: 1) O processo de empresariamento da educação com o aumento do número de IES privadas. Ou seja, foi estabelecido um ritmo intenso do processo de ampliação do setor privado na educação superior ao longo dos governos neoliberais no Brasil; 2) A privatização interna “mascarada” das IES públicas, reforçando a aliança com os empresários na direção da consolidação de um “mercado educador”, estabelecendo parcerias público-privada; 3) Outro aspecto a considerar diante da expansão da educação superior, a partir do governo Lula é a certificação em larga escala, marcada pelo processo de “falsa democratização” do acesso, sendo utilizada para tal estratégias como o EAD, o PROUNI e o FIES, como subsídios públicos para a mercantilização da educação. Isto reconfigura o papel da universidade pública. Não esquecendo o REUNI que, sob o discurso da ampliação da universidade pública, somente intensifica as condições já complexas e precárias das IES federais; 4) Por fim, temos a expansão da educação superior, sob a máscara da democratização, como sinônimo de diversificação das instituições, dos cursos e das fontes de financiamento da educação superior, fundada no crescimento da privatização em sua fase empresarial a partir dos anos 2000 [...] (Silva, 2018, p.12)

IMPLICAÇÕES DA MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Esse movimento fomenta a mercantilização da educação e sustenta uma ideia ilusória de “democratização do acesso” (Silva, p.12, 2018), ocultando projetos em disputa que visam a reconfiguração da função social da universidade no contexto do capitalismo dependente. “Este processo pode ser elucidado por meio da noção de “educação terciária”, difundida pelo Banco Mundial” (Duarte, 2017, p.175).

É flagrante a ausência do Estado no que se refere à educação superior pública no Brasil. Os dados mais recentes do Censo da Educação Superior⁵ referentes ao ano de 2024 nos evidenciam essa realidade, ao indicar que a rede privada foi a responsável pela oferta de 95,8% do total das vagas nos cursos de graduação, enquanto que a rede pública responsabilizou-se por somente 4,2% da vagas nas instituições de educação superior no país (BRASIL, 2025).

O acesso, a permanência e a formação na educação superior passam, assim, a ser atravessados por elementos que operam na descaracterização da universidade pública, gratuita, laica e socialmente referenciada, conformando uma institucionalidade cada vez mais moldada por preceitos produtivistas, meritocráticos, autoritários, pragmáticos e subordinados às exigências do capital (Iamamoto, 2015). Conforme assinalam Dourado, Moraes e Siqueira (2024, p. 10), “[...] não só o recurso público passa a ser disputado no campo do mercado, mas, acima de tudo, as finalidades e dinâmicas formativas do projeto de educação”.

A contrarreforma universitária se materializa, portanto, na privatização da educação superior, expressa no estímulo estatal ao empresariamento da educação, na precarização das instituições públicas, no fortalecimento do modelo de instituições isoladas (como faculdades integradas e centros universitários), e na flexibilização dos processos formativos — como o uso irrestrito e acrítico das chamadas metodologias ativas e a desvalorização da articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Para alguns pesquisadores (PEREIRA, 2007; LIMA, 2013 e CHAVES, 2010) as novas configurações do ensino superior brasileiro estão alicerçadas nos seguintes aspectos: na desnacionalização da educação, no estabelecimento de leis que favorecem a entrada do capital privado especulativo, na formação de oligopólios das empresas educacionais, nas condicionalidades impostas pelos organismos internacionais, na substituição das faculdades integradas por centros universitários, centros de educação tecnológicos e faculdades tecnológicas. Além do sucateamento das IES públicas federais, na desvalorização do trabalho docente e na lógica de qualificação da força de trabalho para atender as necessidades de manutenção da acumulação do capital financeiro internacional (Agapito, 2016, p. 135).

⁵ O Censo é realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e “[...] coleta informações sobre as Instituições de Educação Superior (IES), os cursos de graduação e sequenciais de formação específica e sobre os discentes e docentes vinculados a esses cursos” (BRASIL, 2025, p.22).

IMPLICAÇÕES DA MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Tais transformações também operam por meio de mecanismos de regulação e avaliação de políticas educacionais, científicas e tecnológicas, orientados por lógicas produtivistas que contrariam o projeto de universidade como espaço de desenvolvimento da razão crítica e de produção de conhecimento voltado à superação das formas desumanizadas de sociabilidade capitalista. Um aspecto central dessa conjuntura é a rápida expansão da modalidade EaD na educação superior. Como afirmam Dourado, Moraes e Siqueira (2024), o crescimento acelerado da EaD está diretamente vinculado à financeirização do setor, evidenciada pela atuação de “grandes conglomerados financeiros que agem de forma predatória, fundindo e ampliando o comércio da educação” (p. 11).

Os dados do Censo da Educação Superior de 2024 também evidenciam o crescimento acelerado do número de matrículas na educação à distância, destacando o protagonismo da rede privada nesse cenário:

Entre 2014 e 2024, as matrículas de cursos de graduação a distância aumentaram 286,7%, enquanto na modalidade presencial não houve crescimento, e sim queda de 22,3% nesse mesmo período;
O maior percentual de matrículas dos cursos a distância se concentra na rede privada (95,9%) (BRASIL, 2025, p.22).

Assim, ancorada no discurso da democratização do acesso, a EaD promove não apenas uma massificação tecnicista da formação, baseada em baixo custo e alta maleabilidade, como também aprofunda as sustentações de um projeto de educação superior compatível com a reprodução do capitalismo periférico. Conforme Santos (2024, p. 157), “[...] sob o véu de um discurso romântico que promete levar fragmentos de educação à população pobre, a EaD oculta o desmantelamento de estratégias como a assistência estudantil, transferindo os custos e as responsabilidades do processo educativo individualmente para o estudante”.

Nesse sentido, a teoria do capital humano é o mote que vai direcionar a formação para o trabalho demandado pelo grande capital (Neves; Pronko, 2008), desvalorizando áreas como as ciências humanas e sociais aplicadas em favor do caráter prático-utilitarista da educação superior, úteis a repactuação do capitalismo imperialista.

As implicações do desmonte da educação superior para a formação em Serviço Social

IMPLICAÇÕES DA MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

A formação em Serviço Social, inserida no campo das ciências humanas e sociais aplicadas, tem enfrentado desafios significativos diante das consequências da contrarreforma universitária — expressão concreta do avanço do neoliberalismo e da lógica da acumulação flexível. A crescente concentração da oferta de cursos de Serviço Social em instituições privadas de ensino configura, por si só, uma evidência do processo de mercantilização que atravessa a educação superior, revelando a subordinação da formação profissional aos interesses do mercado e à lógica de expansão do capital no setor educacional.

Como já exposto, do total de IES que ofertam o curso de Serviço Social, 82,57% são privadas. Nestas IES são oferecidos 334 cursos, sendo que 55% desses são ofertados em faculdades. Essa marca incita a pensar: como a formação graduada em Serviço Social será orientada de modo a pautar-se nos pressupostos, princípios e diretrizes afirmados nas diretrizes curriculares de 1996? Além disso, essa realidade provoca a problematizar: como estes cursos, que se concentram sobretudo em faculdades privadas e que têm o predomínio de suas atividades pedagógicas no ensino, irão garantir uma formação calcada num rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e da profissão? Um trato que busque estabelecer uma relação entre as dimensões investigativa e interventiva, que apreenda as demandas postas à profissão, pelo mercado de trabalho, criando respostas interventivas e cumprindo as competências e atribuições previstas nas legislações profissionais? (Portes; Portes, 2017, p. 222).

A proliferação de cursos de Serviço Social com propostas formativas aligeiradas, precarizadas e voltadas ao simples *treinamento* para o mercado, desconectadas da racionalidade crítica e da função precípua da universidade enquanto espaço de produção e socialização do conhecimento está diretamente atrelada ao projeto de desmonte da educação pública.

Nesse contexto, endossa-se a assertiva de Yamamoto (2012) o maior desafio para afirmação da formação profissional, endossada pela ABEPSS nas Diretrizes Curriculares, é a superação da racionalidade técnico-instrumental na formação profissional e do neoconservadorismo acadêmico pós-moderno, que tem reproduzido a formação tecnicista, simplificadora, instrumentalizante, adestradora voltada aos ditames do mercado e, à afirmação da formação crítico-reflexivo que desenvolva o perfil profissional comprometido com a defesa dos interesses da classe trabalhadora (Sales, Maranhão, 2022, p.11).

Tais propostas que vêm crescendo cada vez mais, e que ganharam um grande impulsionamento a partir da pandemia da Covid-19, repercutem não somente na prática profissional dos assistentes sociais e, conseqüentemente, comprometem a qualidade dos serviços prestados à população, sendo este elemento que se caracteriza como um princípio básico da profissão (CFESS, 2012), mas contribuem também para o desmonte da construção científica, das políticas públicas, bem como para o avanço do neoconservadorismo⁶ no interior das instituições educacionais.

⁶ Barroco (2015, p. 624) elucida o neoconservadorismo “apresenta-se, então, como forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado social e os direitos sociais, almejando uma sociedade

IMPLICAÇÕES DA MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Como apresentado anteriormente, um elemento que se impõe de modo incontestado e consubstancial na decorrente contrarreforma da educação superior é a vertiginosa expansão da EaD. Pesquisadores que têm se debruçado a estudar de forma aprofundada as questões atuais que envolvem a formação profissional de assistentes sociais evidenciam que a análise das problemáticas que envolvem essa modalidade de educação é uma peça chave para a compreensão dos processos de precarização da formação profissional:

Quanto ao EaD, salientamos, por fim, a necessidade de, tanto por pesquisadores da área do Serviço Social quanto pelas entidades da categoria (CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO), permanecer problematizando amplamente junto à categoria profissional (estudantes, assistentes sociais e docentes, formados ou não via modalidade EaD) as condições formativas da modalidade de ensino, que apontam para uma formação fragilizada, com diversas limitações (Pereira, Ferreira, Souza, 2014, p. 198).

Cumpramos-nos apresentar neste trabalho o retrato que tais estudos já nos revela, ainda que de modo sucinto e apontando a necessidade de nos debruçarmos sobre os resultados integrais de tais pesquisas para o aprofundamento da discussão.

A pesquisa realizada por Larissa Dahmer Pereira e Andréa Cristina Viana de Souza intitulada “Formação profissional em Serviço Social no contexto de expansão mercantilizada: análise de uma década” que foi publicada em 2019 na coletânea “O Ensino a Distância na Formação em Serviço Social: análise de uma década” organizada também por Larissa Dahmer Pereira em conjunto com Andréa Araújo Do Vale buscou elucidar o cenário da formação profissional nos cursos de graduação em Serviço Social durante o período de 2007 à 2017.

As pesquisadoras evidenciam que houve um crescimento no número de cursos de graduação em Serviço Social na modalidade EaD na ordem de 560% em uma década, enquanto que os cursos na modalidade presencial registraram crescimento de 60%. Em relação ao número de ingressantes nos cursos, a pesquisa nos mostra que houve uma queda de 10% na modalidade presencial, ao passo que em relação aos cursos na modalidade EaD houve um crescimento de 8% na referida década. Por fim, em relação aos dados de estudantes que concluíram os cursos de graduação em Serviço Social, a pesquisa indica um crescimento de 58,13% em relação aos cursos na modalidade presencial, enquanto que na modalidade EaD houve um crescimento de 32,225%, sendo revelado também na pesquisa que a partir do ano de 2012 a quantidade de

sem restrições ao mercado, reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais”.

IMPLICAÇÕES DA MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

concluintes formados em cursos de graduação em Serviço Social na modalidade EaD é superior aos formados na modalidade presencial (Pereira; Souza, 2019, p. 133).

Na área do Serviço Social, o processo de mercantilização assinalado impactou transversalmente a profissão e trouxe consequências que ainda merecem pesquisas de forma mais aprofundada. Se, na elaboração e aprovação das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), na primeira metade dos anos 1990, a maioria das matrículas estava concentrada em cursos presenciais de Serviço Social inseridos em IES universitárias, no final da segunda década do século XXI, o cenário é bastante diferente: *a maioria das matrículas dos cursos de Serviço Social encontra-se em cursos de Serviço Social ofertados na modalidade de EaD e, nos cursos presenciais, a maior parte encontra-se em IES mercantis*. Essa caracterização nos leva a questionar o perfil de profissional que vem sendo formado nas duas últimas décadas, em um contexto de profunda mercantilização do ensino superior brasileiro e de *uso intensivo do EaD como estratégia de expansão e maximização de lucros* (Pereira; Souza, 2019, p.113).

Dessa monta, se torna explícito que “[...] em função da formação empobrecida voltada ao atendimento funcional às demandas de mercado, atualiza-se a ossatura sincrética na profissão e na intervenção pontual fragmentária” (Sales, Maranhão, 2022, p.7). As implicações de tais processos formativos desfigurados e calcados na lógica mercadológica nas diferentes dimensões que particularizam a profissão são subscritas e mediatizadas no contexto do próprio acirramento da precarização generalizada da vida em sociedade.

A mercantilização da política de educação brasileira legitima uma lógica de consumo dos serviços educacionais privados que utiliza o discurso da qualidade, facilidade e praticidade na oferta dos cursos tecnológicos e superiores. Assim, os serviços ofertados no ensino superior, em sua maioria privados, são voltados para uma formação profissional imediatista e tecnicista em curto prazo e que contribui para a desregulamentação dos padrões salariais e gera uma mão de obra qualificada que irá compor o exército industrial de reserva (Agapito, 2016, p. 135).

A tentativa de mitigação dos processos de precarização da formação nas ciências humanas e sociais, e no caso particular do Serviço Social, por vias que ainda permitam o alinhamento da educação superior com os preceitos neoliberais incide invariavelmente e contraditoriamente perpetuando o próprio desmonte da universidade pública.

O projeto de formação profissional alicerçado na razão crítica dialética, comprometido com o projeto ético-político construído hegemonicamente pela categoria e que não abdica da sólida demarcação crítica que deve ser inscrita na inerente dimensão investigativa da profissão, se torna indissociável do projeto de educação superior a partir da defesa da universidade pública, presencial, laica, gratuita e socialmente referenciada.

As novas diretrizes da ABEPSS (1996), importante ressaltar, reordenam o processo de formação a partir do acúmulo da área dentro da Teoria Social Crítica, passando a reestruturar o currículo baseado em três núcleos fundamentais e no desenvolvimento de três dimensões do agir profissional, sendo eles: 1- Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2-Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade

IMPLICAÇÕES DA MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

brasileira. 3-Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Em sua parte inicial, destaca como um dos pressupostos da formação profissional a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, posteriormente ressaltando no decorrer do documento que a capacidade investigativa deve ser desenvolvida no decorrer da formação, visto que fundamental ao exercício profissional. Essas diretrizes materializam uma série de mudanças que, pela perspectiva teórico metodológica que assume, colocam o processo de investigação como fundamental ao agir dos assistentes sociais. É a oficialização de que a pesquisa deve integrar os processos de trabalho mesmo daqueles profissionais que não estão necessariamente ocupando espaços sócio-ocupacionais diretamente relacionados à pesquisa (Becher; Amaral Júnior, 2024, p.4).

Assim, a formação profissional, a partir da defesa de sua realização no âmbito da educação universitária, deve ser ancorada nos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, da garantia da função social transformadora da realidade, da integração com os demais níveis modalidades de educação, da igualdade de condições para o acesso e permanência discente, do reconhecimento e encorajamento da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte, a cultura e o saber, da valorização do pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, da gestão democrática e colegiada, da valorização profissional dos servidores e da gratuidade do ensino de graduação e de pós-graduação.

Considerações finais

A privatização e a imposição da lógica de mercado calcada nas ideias de *eficiência e eficácia* são imperativas no projeto de contrarreforma universitária capitaneada pelo Estado. As políticas e programas formulados nesse contexto, ainda que revestidos de um discurso de democratização e combate às desigualdades, inserem-se em uma lógica de adequação da universidade aos imperativos neoliberais e, mais amplamente, às engrenagens do capitalismo imperialista.

A universidade pública, presencial, gratuita, laica e socialmente referenciada, especialmente no que se refere às áreas das ciências humanas e sociais aplicadas, como é o caso do curso de Serviço Social, sofre um processo deliberado de desmonte que responde a um determinado projeto societário.

Dessa forma, impõe-se a necessidade de construção de estratégias de resistência e fortalecimento da mobilização coletiva, pautadas no potencial crítico e formativo da universidade. Assim, tais estratégias, forjadas no campo da multiplicidade de atividades que são inerentes à sua própria constituição, como destacam Lusa, Martinelli, Moraes e Almeida (2019, p. 543), “[...] pode ser espaço para reivindicação dos instrumentos históricos de luta pela

IMPLICAÇÕES DA MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

democratização da universidade, como por meio da mencionada extensão e do tripé universitário – ensino, pesquisa e extensão – como um todo.”

Fruto de movimentos históricos de lutas e resistências a partir de uma construção hegemônica (ainda que não homogênea), o projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro é o conduto capaz de possibilitar as construções de enfrentamento coletivo necessário frente a esta realidade posta. Seu arcabouço jurídico-normativo, combinado com a constituição político-organizativa da categoria e com o acúmulo teórico-metodológico e técnico-operativo, revestem os campos contraditórios da realidade de possibilidades concretas de transformação.

Nesse sentido, torna-se cada vez mais urgente a articulação entre entidades representativas, movimentos sociais, sindicatos, estudantes, trabalhadores da educação e a comunidade universitária, a fim de enfrentar as contradições impostas pela mercantilização da educação e afirmar um projeto de universidade pública comprometido com a realidade concreta e genuinamente vinculado com as necessidades históricas da classe trabalhadora.

Referências:

Agapito, A. P. F. Ensino superior no Brasil: expansão e mercantilização na contemporaneidade. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n. 32, jul/dez. 2016.

Barroco, M. L. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. In: *Serviço Social e Sociedade*, nº 124. São Paulo: Cortez, 2015, p. 623-636. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/Bfwfs35RRvrQbKwTX9DhnNc/?lang=pt&format=pdf>

> Acesso em 08 de ago. 2025.

Becher, C; Amaral Júnior, J. C. A dimensão investigativa na formação e na prática profissional do assistente social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 30, n. 1, p. 01-11, jan./dez. 2024.

Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2024**: notas estatísticas [recurso eletrônico]. – Brasília, DF: Inep, 2025. 34 p. : il.

CFESS. Código de ética do/a assistente social. **Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. - 10^a. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

Dourado, L. F.; Moraes, K.N.; Siqueira, R. M. Educação Superior à Distância no Brasil: flexibilização regulatória, expansão e privatização. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 45, e2, 2024.

Duarte, J. L. N. **Trabalho docente do assistente social nas Federais**: contradições e resistências em tempos de intensificação e produtivismo acadêmico. 2017. 467f. Tese

IMPLICAÇÕES DA MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

(Doutorado) – Curso de Doutorado em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Iamamoto, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez Editora, 2015.

Lusa, M. G.; Martinelli, T.; Moraes, S. A.; Almeida, T. P. A Universidade pública em tempos de ajustes neoliberais e desmonte de direitos. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 536-547, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/BLdLLDvkvxfHRGWNpkMJPbc/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 05 jun. 2025.

Neves, L. M. W.; Pronko, M. A. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado:** da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2008.

Pereira, L. D.; Souza, Ferreira, A. T. S; Souza, A. C. V. Análise comparativa entre expansão dos cursos de serviço social EaD e presenciais. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 181-202, jan./jun. 2014.

Pereira, L. D.; Souza, A. C. V. Formação profissional em serviço social no contexto de expansão mercantilizada: análise de uma década. In: Vale, A. A.; Pereira, L. D (org.). **O ensino a distância na formação em serviço social: análise de uma década.** 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2019, p. 109-137. Disponível em: <https://ppgssdr.uff.br/wp-content/uploads/sites/252/2022/09/LIVRO-EAD-NO-SESO-ANDREA-VALE-E-LARISSA-DAHMER.pdf> Acesso em: 08 ago. 2025.

Portes, M. F; Portes, L. F. A formação profissional em Serviço Social no Brasil: uma trajetória construída por avanços e desafios. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 40, v. 15, 2º sem. 2017, p. 213-227.

Sales, L. T.; Maranhão, F. C, A. A expansão dos cursos de serviço social no projeto neoliberal de educação superior. In: **Congresso brasileiro de assistentes sociais (CBAS), XVII**, Brasília (DF) Anais... [...] Brasília (DF): CFESS, v. 1, n.1, 2022. Disponível em: <https://cbas.silvaebrisch.com.br/uploads/finais/0000000252.pdf> Acesso em: 28 jun. 2025.

Santos, E, H, M. **Educação superior, assistência estudantil e o capitalismo dependente.** 2024. Tese (Doutorado) Curso de Doutorado em em Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2024.

Silva, A. A. R. Contrarreforma da educação superior brasileira: a expansão e a privatização do ensino. In: **Seminário CETROS**, Fortaleza (CE) Anais... [...] Fortaleza (CE): UECE, v.1, n.1, 2018. Disponível em: https://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-51377-17072018-175238.pdf Acesso em: 05 jun. 2025.

IMPLICAÇÕES DA MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Teixeira, J. B. Braz, M. O projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**, 2009. p. 1-19.